



Testemunhos  
de guardas

*“Nós não temos dimensão para 49 cadeias. Temos não sei quantas regionais com 30, 40, 50 reclusos e 20, 30 guardas. Esses guardas resolviam muitos dos problemas de falta de efetivos”*

*“Atualmente, com a evolução da sociedade, da tecnologia, dos transportes, das comunicações, não se justifica termos esta dispersão do nosso parque penitenciário”*

*“É bom para a terra, porque os estabelecimentos prisionais criam movimento. Temos Viana, Guimarães, Braga. Podia-se criar uma cadeia maior e acabar com as três. Em termos de custos, era diferente, ganhava-se muito dinheiro. Ganhava-se homens. Há um desperdício de recursos”*

*“Temos prisões em excesso. Algumas deviam desaparecer. São demasiado pequenas”*

## ESTATÍSTICAS

### 11 588

reclusos estavam nas cadeias portuguesas, a 31 de dezembro de 2021, segundo as estatísticas oficiais. O Estabelecimento Prisional de Lisboa era o que tinha mais presos: 894. No extremo oposto, estava, no continente, o de Odemira, com 25.

### 12 618

lugares era a lotação máxima, na mesma data. Das 49 prisões, 17 tinham presos a mais. O Observatório Permanente da Justiça alerta que uma parte significativa da lotação é em camaratas, contra as boas práticas internacionais.



## Observatório defende prisões em rede para otimizar recursos

Medida proposta para melhorar distribuição de guardas e de reclusos. Trabalhadores do sistema consideram que há cadeias a mais em Portugal

**Inês Banha**  
ines.banha@jn.pt

**PROPOSTA** O Observatório Permanente da Justiça (OPJ) defende, num estudo sobre o sistema prisional, que as cadeias geograficamente próximas devem passar a funcionar em rede. O objetivo é evitar o desperdício de recursos humanos, em particular de guardas prisionais, e melhorar a distribuição de reclusos, consoante as suas necessidades.

Atualmente, há no país 49 prisões – um número considerado “excessivo” pela maioria dos 131 guardas, diretores e técnicos entrevis-

tados pelos investigadores. Os inquiridos lembram que, em regiões como o Minho, há cadeias pequenas com funcionários a mais e outras de grande dimensão com trabalhadores a menos.

O relatório foi solicitado ao OPJ pela Direção-Geral de Reinscrição e Serviços Prisionais (DGRSP) em 2019, mas mantido em segredo até há poucos dias. Os seus autores entendem que, face à “impossibilidade” de se construírem estabelecimentos maiores a curto prazo, a solução passa “pela criação – à semelhança do que ocorreu em outros setores como a saúde, a educa-

## INQUÉRITO

**Um quinto considera que há presos que não deviam estar a cumprir pena**

Um quinto dos 324 guardas prisionais inquiridos no âmbito do estudo solicitado pela Direção-Geral de Reinscrição e Serviços Prisionais considera que no estabelecimento prisional a que estão afetos há reclusos que não deveriam estar presos. Os dados indiciam que em causa estarão, sobretudo, pessoas com penas de cadeia até meio ano. “Assisti a muitos casos em Lisboa de miúdos que iam para lá por falta de carta e por álcool e saíam de lá com a escola do crime”, recordou um. Outro lembrou o caso de um homem que entrou “para cumprir 66 dias” por não ter pagado uma multa. “Eu acho que foram buscá-lo ao trabalho. [...] É aberrante”, disse.



SÉRGIO SÁ/REUTERS / GLOBE PHOTOS

# VOZ AOS GUARDAS



ção ou mesmo o sistema judicial – de estruturas intermédias, designadamente através de figuras de agrupamentos ou outras, que permitam o funcionamento em rede de vários estabelecimentos prisionais próximos, como se só de um se tratasse”.

Entre as vantagens apontadas, estão, além da melhor distribuição de guardas prisionais, a gestão mais eficiente de valências e de afeção de reclusos, com benefícios, por exemplo, na resposta às necessidades de idosos ou toxicodependentes e na separação entre presos preventivos e condenados ou entre primários e reincidentes. A possibilidade de existirem mais cadeias especializadas, nomeadamente para jovens, será outra das vantagens.

“Temos a consciência de que se trata de transformações complexas em organizações igualmente complexas”, reconhece o OPJ, que recomenda que, numa primeira fase, as mudanças ocorram de forma experimental e monitorizada.

## FARPA AOS GOVERNOS

A equipa coordenada por Conceição Gomes, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, lembra, de resto, que em 2017 o próprio Ministério da Justiça decidira já encerrar oito estabelecimentos pri-

sionais e construir cinco.

Mas os projetos não são executados, apesar de surgirem, sistematicamente, em documentos estratégicos e orçamentais. O Estabelecimento Prisional de Lisboa é apontado como um caso “paradigmático” dessa “má prática de desenvolvimento de políticas públicas”.

“Pouco adianta a apresentação de programas de reforma que não conseguem sair do papel ou têm uma baixa execução e são, por isso, incapazes de impulsionar uma verdadeira transformação no campo a que se dirigem”, frisam os investigadores. Tal, alertam, cria “falsas esperanças” em quem está no terreno, acentuando o “desânimo” e “falta de confiança nas instituições como agentes impulsionadores da mudança”.

O OPJ sugere, por isso, que, além do efetivo reforço das verbas atribuídas ao sistema prisional e em particular à DGRSP, a “agenda estratégica de reformas” para o setor passe a ter compromissos “realistas e devidamente escalonados no tempo”.

“Não sendo possível, por razões financeiras ou outras, a construção de novos estabelecimentos prisionais, não deve constar do programa de reforma, pelo menos a curto prazo, previsão nesse sentido”, exemplificam os autores. ●

## Nova lei não travou jornadas de 24 horas

Guardas continuam a trocar turnos com colegas, para folgarem vários dias seguidos

**DIA A DIA** Cinco anos depois de a regulamentação dos horários dos guardas prisionais ter sido alterada para impedir que estes trabalhassem 24 horas seguidas, a prática subsiste, graças à troca de turnos. “Esta é uma matéria em que a cultura e prática institucional se sobrepuseram à norma legal”, constata o Observatório Permanente da Justiça (OPJ), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Segundo o estudo do OPJ – “Para uma reforma do sistema prisional: o caso da aplicação do Estatuto da Guarda Prisional” –, 64,3% dos 324 guardas inquiridos consideram que podem sempre contar com a colaboração dos colegas. Ainda assim, a tolerância perante a prática varia consoante a cadeia.

“As trocas de serviço são por todos os atores assumidas como cultural e funcionalmente intrínsecas ao

exercício laboral dos estabelecimentos prisionais, tendo como pressuposto, por todos aceite, que a prestação laboral pode ser concentrada, de modo a permitir a acumulação consecutiva de dias de descanso”, frisa.

## CARREIRA “ESTAGNADA”

O OPJ manifesta ainda compreensão por reivindicações dos guardas prisionais – que os têm levado a fazer greve ao trabalho extraordinário nos últimos meses – de mecanismos que lhes permitam evoluir na carreira, incluindo um novo sistema de avaliação.

“Há um alargado consenso entre os [93] elementos do Corpo da Guarda Prisional entrevistados quanto à ideia de uma carreira estruturalmente restrita e, sobretudo, funcionalmente estagnada”, conclui o relatório, de mais de 400 páginas, dos investigadores do OPJ.

A reestruturação da carreira de guarda prisional, a abertura de um concurso de acesso a chefe da guarda prisional e a criação de um sistema específico de avaliação são algumas das sugestões. ●

## INGRESSO

### Estabilidade atraiu

Cerca de 90% dos 324 guardas prisionais inquiridos desempenhou outras profissões: 30,8% no comércio, hotelaria ou setor fabril, 26,3% na carreira militar e 23,4% na construção civil, eletricidade, mecânica ou agricultura. A maioria foi atraída pela estabilidade financeira no emprego e pelo fascínio pelas forças de segurança e pela farda.

## RECONHECIMENTO

### Falta valorização

Quase metade (48,8%) dos profissionais inquiridos não se sente realizado profissionalmente. Já 76,1% sentem que a sociedade não valoriza a profissão de guarda prisional, incluindo em comparação com outras forças de segurança.

## LEGISLAÇÃO

### Exigem alterações

A esmagadora maioria dos inquiridos defende quer a revisão do estatuto profissional (87,8%) quer dos níveis remuneratórios (93,9%) do Corpo da Guarda Prisional. Há ainda 85,8% que discordam da afirmação de que atual sistema de avaliação do seu desempenho profissional “é adequado”.

## FORMAÇÃO

### Várias lacunas

Cerca de três quartos dos profissionais inquiridos não frequentam todos os anos uma ação de formação, apesar de a maioria desejar fazê-lo. Mais de metade (52,3%) afirma estar a desempenhar tarefas para as quais não recebeu formação. Já entre os que frequentaram formação, 63,9% consideram que há áreas úteis que não foram abordadas.

## SEGURANÇA

### Alvo de agressões

Cerca de 12% dos guardas garantem ser frequentemente alvo de agressões físicas por parte de reclusos. A percentagem sobe quando em causa estão as cadeias do Porto, Alcoentre e Coimbra. Paralelamente, 23% dizem não se sentirem aptos para conter fisicamente um preso. Beja, Funchal e Lisboa são as prisões onde se sentem mais confortáveis

## SAÚDE MENTAL

### Apoio desejado

A esmagadora maioria dos profissionais inquiridos (93,1%) considera “importante” ter acesso a apoio psicológico, ainda que nem todos tenham recorrido ao mesmo. Muitos têm reservas por o apoio ser prestado dentro do sistema prisional.

## INFRAESTRUTURAS

### Sem condições

Entre os inquiridos que exercem funções em Coimbra, 97,3% afirmam que a prisão necessita de obras. Na cadeia de Lisboa, a proporção é 95,3% e na de Alcoentre de 87%. A média nacional é de 71,4%. A percentagem melhora quando se trata das condições para exercer o trabalho.

## CONVÍVIO

### Choque geracional

Os inquiridos reconhecem que a integração dos novos guardas prisionais nem sempre é fácil. O facto de estes terem tido melhor formação inicial mas serem inexperientes gera tensão. “É fundamental que os diferentes saberes e experiências geracionais possam dialogar”, dizem os membros do Observatório de Justiça.